



## Memória da reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas

09 de abril de 2020, pela plataforma zoom

**Tema:** Segurança Alimentar e Nutricional

**Participantes:** Parlamentares (Joenia Wapichana, Nilto Tatto, Airton Faleiros) e assessoria (PC do B, Rede, PSOL, PT), representantes de organizações indígenas (APIB, COIAB), ONG (ISA, WWF, Terra Azul, CTI, IEB); Ministério Público Federal (Amazonas, Mato Grosso do Sul, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão: Povos Indígenas e Populações Tradicionais: Sub-procurador Antônio Carlos Bigonha); Observatório de Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND/UnB); Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Manuela Carneiro); Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Sociedade de Arqueologia Brasileira; Unifesp – projeto Xingu; Funai (Pres. Marcelo Augusto Xavier da Silva e Joany Marcelo Arantes – Coordenação Geral de Promoção a Cidadania); Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Jarbas Aragão e Davi Calazans); Ministério da Cidadania (Diretora do Departamento de Benefícios: Caroline Augusta Paranayba Scaravelli); Caixa Econômica Federal (assessoria parlamentar Julieta e representante da vice-presidência Marcele??); Alto Comissariado da ONU (Ângela Pires), Fundação Ford, Programa Mais Médicos (AM).

**Data:** 09/04/2020

Via zoom

A presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, Deputada Joenia Wapichana, abriu a reunião, chamando atenção para a importância das reuniões que a Frente têm realizado, no sentido de estabelecer um diálogo com diversas instâncias de governo, organizações indígenas, parlamento e organizações indigenistas no sentido de articular, juntar esforços, formular estratégias, fazer observações. Para Joenia, o papel **da Rede** é estabelecer um diálogo em diversas frentes para uma melhor condução das ações. A deputada afirma, inclusive, que *“tivemos avanços: esteve conosco o secretário da SESAI, Robson Santos, apresentando as linhas de ação da Secretaria para as quais a Frente pode fazer sugestões e o MPF as transformou em Recomendações”*. Deputada Joenia ainda agradeceu o acompanhamento pelo MPF em todas as reuniões da Frente, já realizadas. As primeiras reuniões ocorridas tiveram como foco questões específicas da saúde indígena em tempo de covid-19, a fim de sabermos quais as ações estão sendo tomadas para proteger a saúde dos povos indígenas. Além disso, há necessidade de ampliar

o debate para outras preocupações, especialmente, a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

*Foram enfatizadas as proposições legislativas para proteger os povos Indígenas frente à pandemia apresentadas por parlamentares que compõem a Frente e as articulações para que sejam aglutinados em um PL aglutinado e logo aprovado. As assessorias dos diversos gabinetes têm se reunido e trabalhado neste sentido.*

*É preciso ainda, nas palavras da Coordenadora, promover a participação indígenas nos comitês e gabinete de crise, para que estes possam apresentar suas demandas e observações. A situação é de emergência e requer que tomemos providências rápidas para que pessoas não sejam prejudicadas. É preciso apontar o que falta e requerer benefícios. Precisamos de respostas urgentes para que os indígenas não sofram quaisquer tragédia no sentido da contaminação.*

Por fim, Deputada Joenia diz saber que o Brasil é bastante grande, têm suas diferenças geográficas e étnicas e que isto é um desafio para todos nós. As reuniões da frente objetivam um diálogo transparente que contribua para que se avance na construção de estratégias em prol dos povos indígenas, no enfrentamento à covid-19.

Para esta reunião, cujo tema é Segurança Alimentar e Nutricional, foi feito convite ao Ministério da Cidadania (apoio a SAN dos povos indígenas e respostas quanto ao pagamento do benefício emergencial renda básica aos povos indígenas; as organizações indígenas estão bastante preocupadas que famílias inteiras corram para os núcleos urbanos para receber o benefício), Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) (linhas de ação que envolvem povos indígenas), Funai (apresentar respostas sobre as cestas básicas e distribuição de alimentos), Caixa Econômica Federal (estratégias de pagamento do benefício emergencial aos povos indígenas), Alto Comissariado da ONU (recomendações que digam respeito à proteção dos direitos dos povos indígenas), MPF (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) (acompanhar as ações a serem implementadas pelos diferentes órgãos públicos, respeitando os direitos dos Povos Indígenas).

Os representantes dos ministérios presentes tiveram 5 minutos para apresentar as ações em curso no combate à covid-19 e visando a segurança alimentar das comunidades indígenas.

O representante do MMFDH, Davi Calazans (**Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR**), chamou atenção para o fato de o Ministério não ser finalístico e sim de meio, de interlocução, ter limitações nas ações na ponta, depender de outros entes federativos. Calazans aponta que o Ministério está articulando diversas ações e destaca duas ações importantes do MMFDH: 1) produção de cartilhas informativas e de vídeos institucionais no enfrentamento ao coronavírus para povos indígenas, ciganos e quilombolas; 2) realização de Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para aquisição de cestas básicas para povos indígenas e comunidades quilombolas, no valor de 35 milhões de reais (extrato do TED no DOU de 09/04/2020). A partir de agora, o trabalho será de articulação para logística de entrega das cestas básicas. *“Nós não temos pernas na ponta, então nós dependemos da Funai, da Sesai e da própria Conab para fazer essa distribuição. A Conab*

*já possui uma expertise nisso e tem uma capilaridade na maioria dos estados da Federação. Vamos precisar do apoio da Funai e da Sesai para escoar esses alimentos nas aldeias mais distantes. Já estão sendo feitos estudos para viabilizar a entrega de alimentos para os demais povos e comunidades tradicionais”*. O mencionado recurso é do próprio MMFDH.

Na sequência, Joany Arantes, (**Coordenação Geral de Promoção a Cidadania**), afirma que a Funai está, neste momento, preparando o TED referente às entregas das cestas (parceria com o MMFDH). A ideia é que a CONAB faça a entrega das cestas básicas às 39 Coordenações Regionais da Funai que farão a distribuição nas aldeias.

Arantes e o **Presidente da Funai**, Marcelo Xavier da Silva, afirmaram que o TED com o MMFDH, referente às entregas das cestas de alimentos, deverá ser assinado ainda hoje (09/04/2020). As CRs estão preparadas para fazer as entregas. Caso a Conab não possa entregar cestas em alguma das regionais, a própria Funai irá buscar os mantimentos. Paralelo ao TED, a Funai está descentralizando recursos emergenciais e distribuindo cestas para comunidades em situação de maior vulnerabilidade alimentar, até que consigam fazer a compra com a Conab.

Julieta (assessoria parlamentar da CEF) e Marcele (representante da vice-presidência de redes da CEF) apresentaram as primeiras informações acerca do pagamento do benefício emergencial. Marcele transmitiu sua fala desde uma agência da **Caixa Econômica Federal**, na Baixada fluminense, acompanhando o atendimento aos clientes. Menciona que *o tempo foi exíguo para que a CEF desenvolvesse a estratégia para o desenvolvimento dos canais de pagamento, muito por conta do cenário que se tem, da necessidade de resguardar tanto o bem estar dos nossos clientes quanto dos empregados, foram desenvolvidos canais de atendimento para que os clientes não necessitem se deslocar às agências da Caixa. Todo o cadastramento, os canais de consulta e de recebimento possibilitam ao cliente o atendimento remoto*. Relatou ainda o número recorde de download do aplicativo *caixa auxilio emergencial*. Corroborou que há o [site auxilio.caixa.gov.br](http://site.auxilio.caixa.gov.br) e uma Central atendimento exclusiva **111** para prestar todas as informações necessárias sobre o auxílio Emergencial aos Clientes e à População em geral. Assinalou que foi um trabalho de muita integração com o governo federal em especial com o Ministério da Cidadania, Dataprev.

Joenia pede que Marcele fique à disposição para responder questões específicas, no atendimento aos povos indígenas.

Jader Guimarães, da **Secretaria Executiva do Ministério da Cidadania** se colocou à disposição para maiores esclarecimentos no que diz respeito a viabilização do auxílio emergencial aos povos indígenas.

Joenia compartilhou que o estado de Roraima apresentou 1º caso de morte de indígena por coronavírus. São necessárias medidas específicas para atendimento aos povos indígenas.

O Procurador da República Antônio Carlos Bigonha (**6ª CCR**) relatou que a partir das reuniões realizadas pela Frente (em que participou o secretário executivo Marco Paulo Schetino e outros procuradores regionais, como Fernando Merloto) o MPF tem dado



encaminhamento às questões institucionais que são de sua atribuição. Nesse sentido, de 06/04 (reunião anterior) para cá, Dr Bigonha disse ter expedido dois Ofícios a Funai, um deles trata exatamente sobre o auxílio emergencial. Em um dos ofícios encaminhados ao presidente da Funai o procurador solicitou que o mesmo adotasse providências quanto ao pagamento do auxílio emergencial e que essas sejam circunstanciadas com toda cautela possível no sentido do contágio pela covid 19. *É preciso que os recursos financeiros, as cestas básicas cheguem as comunidades indígenas com o menor risco possível de contágio.* Além disso, assentiu ser importante a presença da CEF na reunião para que juntos possamos estabelecer uma estratégia de envio desses recursos financeiros às comunidades indígenas, inclusive aquelas que não tenham condições de fazê-lo pela rede mundial de computadores.

O segundo ofício encaminhado à Funai (06/04) o procurador Bigonha indagou o Presidente da instituição sobre a posição da Funai na prestação de assistência aos indígenas brasileiros como um todo. Inclusive, cerca de 50% da população indígena está em contexto urbano. De acordo com Bigonha, *“na reunião anterior houve uma controvérsia a respeito da posição da Funai no que diz respeito justamente à prestação de assistência a indígenas que estejam em territórios ocupados. Ficou uma dúvida. O presidente da Funai respondendo a uma antiga solicitação nossa já tinha afirmado com Parecer da sua consultoria jurídica que a Funai não prestaria assistência a indígenas em territórios ocupados, somente em terras regularizadas e devidamente reconhecidas. Isso nos causou bastante perplexidade (Parecer de nov. 2019, antes da pandemia da Covid 19). Agora, no contexto da pandemia e, também, em decorrência dessa controvérsia que houve durante reunião da Frente Parlamentar eu indaguei a Funai tendo em vista essa dúvida: se a Funai irá cumprir seu dever legal e prestar assistência a todos os indígenas brasileiros”.*

Para finalizar suas palavras introdutórias, Bigonha colocou o seguinte: *Eu acho muito importante, neste momento, o pleno funcionamento das instituições. E importante que cada instituição assuma a sua atribuição e desempenhe bem o seu papel. O MPF tem a missão constitucional importante que é a de impulsionar o bom funcionamento dos órgãos públicos, os serviços públicos. Mas, é preciso que cada instituição faça a coisa certa e cumpra o seu papel. Nesse sentido, a Funai é uma ferramenta poderosa e essencial para estabelecer estratégias de combate a pandemia do Covid-19 no que diz respeito às comunidades indígenas. Isso foi referenciado agora pelo representante do MMFDH. Essas parcerias interinstitucionais são essenciais agora e a Funai é uma ferramenta indispensável para execução de qualquer estratégia. E, nesse sentido, eu conclamaria a nossa presidente da Frente, deputada Joenia Wapichana, que fizesse um convite formal, mas efusivo, ao presidente da Funai para que este compareça à reunião da Frente e que compartilhe conosco as suas aflições, que são nossas também, para que nós possamos estabelecer estratégias conjuntas e possamos auxiliá-lo, como braço executor da política indigenista brasileira, no melhor desempenho possível da sua tarefa nesse momento tão difícil da vida brasileira.*

Joenia reafirmou que o momento atual requer uma união de esforços. As pessoas estão vindo à reunião no sentido de apoiar essas iniciativas. A preocupação da Frente é com

as estratégias para combater o coronavírus, medidas de prevenção. *A preocupação não é só com distribuição de cestas básicas, a gente tem feito algumas discussões com lideranças indígenas que têm nos questionado sobre a alimentação e o acesso ao benefício emergencial: tem muitas aldeias que são distantes dos núcleos urbanos, não têm celular, algumas não têm acesso à energia elétrica. Precisamos pensar uma forma diferente de os indígenas poderem acessar ao benefício emergencial sem se deslocar às cidades.*

Enquanto Joenia reforça a articulação entre os órgãos e agradece a participação dos que estão presentes o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva adentra a reunião. Joenia explica que o objetivo das reuniões é traçar estratégias para melhor atendimento aos povos indígenas

Marcelo Xavier justifica que: *não estava aqui presente, mas que dois coordenadores estão. Estou em outra reunião na minha sala resolvendo justamente a distribuição de cestas básicas em áreas indígenas. Infelizmente está havendo por algumas instituições, eu não sei qual é o ranço ideológico que há nisso referente a tergiversar um Parecer da Funai sobre cestas básicas. Repito, o critério de estágio de demarcação de área não é critério utilizado para distribuição de cestas básicas. Isso não existe. Há possibilidade de distribuição em acampamento, em áreas delimitadas, áreas declaradas, áreas homologadas, em qualquer lugar. O critério que tem sido questionado é que áreas onde exista um conflito possessório instaurado visando preservar as vidas dos nossos servidores, como é o caso do Mato Grosso do Sul, nessas áreas, nós não estamos adentrando nelas, estamos deixando os alimentos próximo. E é isso que tem sido feito, é isso que tem sido colocado, é isso que tem sido reiterado aqui na Funai. Infelizmente nós estamos vendo que algumas instituições insistem em tergiversar com isso. Nós aqui na Funai vamos começar a comunicar a Ouvidoria dessas instituições que insistem em tergiversar com o entendimento já firmado pela Funai.*

Continuando, o presidente da Funai mencionou que desde 16/03 a Funai tem realizado inúmeras ações referentes ao combate ao covid 19. Afirmou que na data de hoje (09/04) assinará TED com a Ministra Damare (MMFDH) para **atender 153 mil famílias** que serão beneficiadas com aproximadamente **350 ou 305 mil cestas básicas que a Conab está fornecendo**. *E, por isso eu não estava presente à reunião. É muito fácil algumas instituições criticarem a Funai. Mas, de fato, tem muita coisa sendo feita e esse TED que sairá daqui hoje é o resultado disso. As 39 CRs estão preparadas para receber e distribuir os alimentos nas aldeias. A logística contará com barcos, avião, caminhonete, caminhão. “Nós vamos atender todos os índios”. Inclusive, nós estamos fazendo distribuição de alimentos com nossos recursos, que são ínfimos, para atendimento emergencial.* O presidente prevê que a distribuição das cestas aconteça em 10 a 15 dias da assinatura do TED. Marcelo Xavier comentou ainda que a Funai está lançando uma campanha de arrecadação de EPI e materiais de higiene. **É um Chamamento público para chamar parceiros privados**. Reiterou que a Funai não quer receber recursos financeiros e sim produtos (sabonete, detergente, alimentos, EPI) que serão distribuídos, na ponta, pelos servidores nas CRs, com prestação de conta.



Feitas as falas iniciais, a Coordenadora da Frente, abriu para comentários e questionamentos dos parlamentares Airton Faleiros e Nilto Tatto e do MPF.

Airton Faleiros (PT/PA) trouxe duas informações. A primeira diz respeito às proposições legislativas das Deputadas Rosa Neide (PT/MT) e Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR) que tratam da questão indígena e expressou o acordo da bancada do PT que a deputada Joenia seja a relatora da agregação dessas proposições legislativas. Mencionou que o quanto antes é preciso conversar com o presidente da Câmara para que esses PLs venham em situação de emergência para aprovação. A segunda questão diz respeito ao renda mínima. *Como a implantação do benefício iniciou, os problemas começaram a aparecer. Nos últimos dias fui demandado por ONG e lideranças indígenas sobre o acesso ao benefício do renda básica. Indígenas não têm conseguido acessar ao benefício, haja vista a dificuldade de acesso a telefonia móvel. Como o código do cadastro é enviado por SMS, muitos não têm conseguido acessar. Eu fiz um ofício, ontem (08/04) para CEF, explicando a situação, pedindo que o caminho talvez fosse enviar código por internet por exemplo.* Assim, o Deputado Faleiros reforçou que os indígenas necessitam tratamento específico para acessar os recursos do benefício emergencial.

Nilto Tatto (PT/SP) relatou que a Frente tem recebido denúncias de que houve um aumento de invasões em terras indígenas neste período de covid-19, especialmente aumentou a mineração. *Para que o vírus não adentre as comunidades indígenas, é fundamental que a Funai tenha uma ação mais incisiva pra dentro do governo e ter apoio para intensificar a fiscalização nessas áreas.* Reforça que é fundamental uma ação emergencial da Funai, nesse momento, com apoio da guarda nacional, por exemplo para impedir as invasões em terras indígenas. *A outra preocupação que já foi externalizada por todos aqui é sobre a renda básica – que houve um esforço de todos parlamentares para aprovação – e ela atinge de forma diferenciada os povos indígenas e que precisa de uma ação coordenada pela Funai para que os indígenas possam acessar esse direito e, evidentemente que, dependendo dos lugares, não é dinheiro que chegue e não é as comunidades que precisam se deslocar para a cidade, mas precisa ter uma ação coordenada da Funai pra fazer com que o alimento chegue às aldeias. Além disso, evidentemente, tem outros projetos, que apoiam iniciativas de auto-sustentabilidade das comunidades indígenas. Sabe-se que a Funai tem trabalho específico de apoio ao etnodesenvolvimento e precisa estar dialogando mais para apoiar essas iniciativas. A passagem da pandemia poderá trazer consequências do ponto de vista da produção de alimentos. Precisamos pensar como fazer para apoiar políticas e fortalecer políticas que apoiem ações de extrativismo e de roçados dessas comunidades.*

Na sequência, a Coordenadora apresentou questionamentos a serem respondidos pelo presidente da Funai, Ministério da Cidadania e Caixa Econômica Federal. Veja-se:

1. Como serão selecionados os benefícios: renda básica, cesta básica, Bolsa Família?
2. Por quanto tempo o benefício fica disponível na conta para evitar que os indígenas se desloquem para as cidades? A renda básica poderá ser acumulada para o período superior a três meses?

3. Qual o modo de seleção das famílias para receber o benefício emergencial? É via cadúnico? Listagem fornecida pela Funai ou associações indígenas?
4. Como será o mecanismo de receber autodeclarações e cadastro sem que os indígenas precisem deixar as aldeias?
5. Para evitar o descimento das comunidades para as cidades é possível criar um fundo para a Funai, organizações indígenas comprarem alimentos?
6. Como será feito o cadastro do auxílio emergencial para aqueles que não estão cadastrados no cadúnico? E, não tem acesso à internet?
7. Qual o planejamento das cestas básicas: quantidade, modo de entrega, itens, tempo de entregas...?
8. Como fica a situação de quem vai receber o benefício do BF pela primeira vez?
9. Nas datas de pagamento do benefício emergencial do Renda Básica, qual será o auxílio da Funai?
10. Sugestão de um mecanismo que vá a comunidade com todos os cuidados e evitar as aglomerações.
11. É possível que o auxílio emergencial seja revertido em alimentos, material de higiene, EPI, utensílios agrícolas, de acordo com a necessidade de cada comunidade?
12. Em regiões mais remotas (avião, barco) como serão realizados os pagamentos do auxílio emergencial?
13. Funai possui protocolo de cuidados na distribuição de alimentos?
14. Como a CEF auxiliará indígenas sem acesso à internet?
15. Bloqueios do BF?
16. Quais medidas adotadas para evitar o deslocamento dos indígenas para acesso do benefício emergencial, seja saque aposentadoria, BF, entre outros?
17. Na região sul, em áreas de retomadas e acampamentos estão sendo entregues alimentos?

Na sequência, o **Presidente da Funai** inicia as respostas, comentando sobre a invasão em terras indígenas. *A mineração em terras indígenas é um problema que já se arrasta há mais de 15/20 anos, é um problema crônico que existe. Nós no ano passado intensificamos as ações de fiscalização. Senão me engano nós gastamos mais de 9 milhões de reais com ações em terras indígenas para combater garimpo, extração ilegal de madeira, crimes dentro das terras indígenas. Fizemos isso. Governos passados, foram vistos como complacentes, nós não, nós estamos combatendo; estamos com uma relação muito boa com a polícia federal nas pontas, com o Ibama. Já existem ações em andamento, na Terra Indígena Apiterewa, por exemplo, teve uma ação grande, recentemente. Existem outros locais, nós vamos fazer essas ações e é compromisso da Funai intensificar as fiscalizações no combate ao garimpo e extração ilegal de madeira nas terras indígenas. A gente consegue ver por imagem de satélite onde estão os maiores problemas e já faz parte do plano de ação da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial. Já foi realizado o perfil de onde serão intensificadas as ações em relação ao coronavírus e que está ocorrendo a invasão por garimpeiro e/ou madeireiro.*

Quanto aos benefícios a serem repassados pela CEF, Xavier mencionou que os recursos ficam cerca de 90 dias na conta. Assim, não é necessária uma corrida dos indígenas às cidades para receber o benefício. Além disso, a *Funai está com um projeto de implantar 100 a 120 antenas de internet de pequeno porte que estão sendo colocadas nas áreas indígenas pelo Brasil inteiro para fazer a comunicação. A ideia era levar a plataforma EAD para que os indígenas evitassem de sair das suas aldeias, irem pra cidade se envolver com álcool e drogas. Esse projeto foi paralisado agora, em razão do coronavírus. O projeto tem parceria com Censipam. Há muitas áreas onde não há cobertura satelital. O que é prioritário para os indígenas é comida, materiais de higiene, material de trabalho (enxada, foice).*

*Sobre a questão do etnodesenvolvimento como bem colocado pelo deputado Nilto Tatto, a Funai já está fortalecendo as medidas a serem tomadas após o período de isolamento social. Inclusive temos um exemplo bastante claro agora no período do coronavírus: os Pareci estão colhendo alimentos. Eles têm o etnodesenvolvimento deles muito bem consolidado e eles não querem cesta básica. Cada família terá em mãos R\$ 1.600,00 para passar com tranquilidade o período de pandemia. De acordo com o presidente, os Pareci geram 20 milhões de reais ao ano com a produção de soja, utilizando apenas 1% do seu território e o turismo. Os Umutina, também, na região de Barra do Bugres, estão colhendo arroz e comendo banana. Essas iniciativas agora servem para a gente repensar o que a gente quer para o futuro dessas comunidades. É muito louvável que estas comunidades tenham sua independência. Nesse momento agora é que a gente está vendo o fortalecimento dessas comunidades na produção de alimentos. Muitas delas não vão depender do governo federal. Vão passar tranquilamente. Estou aberto para receber parcerias para que a gente possa fortalecer o etnodesenvolvimento nas terras indígenas. Este é o meu objetivo. E mais, busca por conhecimento, busca por independência econômica, busca por dignidade não representa perda de identidade étnica.*

*Sobre as cestas básicas, a Funai já possui um plano para distribuição dos alimentos, não vai haver contaminação nas áreas. Há um plano de contingenciamento de como será realizada essa distribuição das cestas, plano de metodologia de como as cestas serão entregues aos indígenas. No MS, por exemplo, a Funai já está realizando a distribuição de alimentos. Não foi mencionado o município, mas as entregas estão sendo feitas em ginásio. Antes da entrega aos indígenas as cestas são pulverizadas com álcool.*

O presidente da Funai mencionou que existe um protocolo de atuação pela Funai junto com a SESAI auxiliar e apoiar na hipótese de ocorrer surto de contaminação por coronavírus em alguma aldeia indígena.

As 39 CR e 240 CTL serão os pontos focais para recebimento das cestas básicas antes de seguirem para as famílias indígenas seja de barco, caminhão, avião. Está sendo assinado um TED com o MMFDH para distribuição das cestas de alimentos. *É um Compromisso grande, trabalhoso. Estamos numa situação não confortável, mas, a Funai com seus poucos recursos vai conseguir resolver. Além disso, como eu já mencionei, há um chamamento público que será lançado provavelmente na semana que vem. É um edital convocando empresas privadas para doação de material de higiene, alimentos,*



*ferramentas. Ao finalizar a fala, o presidente pediu, de modo eloquente: Menos críticas e mais ações positivas, afirmativas, como nós estamos tomando aqui na Funai [...] O meu compromisso é deixar os indígenas numa situação confortável.*

Deputada Joenia chama atenção da Funai para um olhar contínuo no que diz respeito à proteção aos povos indígenas dentro de seus territórios, buscando impedir a invasão dos territórios indígenas. *As denúncias não são de hoje. As invasões continuam. As pessoas que invadem não estão preocupadas com a contaminação. As áreas em conflitos não são de agora, as disputas estão em andamento, judicializadas. É preciso um acompanhamento, os povos indígenas não podem ser excluídos das ações emergenciais. Há comunidades que estão tomando frente para proibir a entrada de estranhos em seus territórios. Contudo, precisam de apoio institucional da Funai nessa vigilância. Nesse sentido, a Funai poderia ajudar nas comunicações institucionais: produzir e divulgar vídeos orientativos com foco na proteção, bem como no pagamento do benefício emergencial.*

Nas palavras da Deputada Joenia, *eu sempre tenho dito em todos os meus discursos que a Funai é um órgão super importante. É o único que existe no país todo. É preciso ter uma estrutura forte e com posicionamento positivo. Eu volto a dizer que os mais vulneráveis agora são os povos indígenas. Eu peço que o único órgão indígena esteja presente nesse diálogo. A Frente parlamentar é um espaço onde se reúne o parlamento, mas também os órgãos do governo, sociedade civil e, principalmente, as organizações indígenas aqui presentes.*

Mário Nicácio Wapichana, vice-coordenador da COIAB, organização indígena que abrange 9 estados da Amazônia legal, disse “*gostaria de deixar claro que sempre nós defendemos a Funai, que ela seja forte para defender os direitos dos povos indígenas. Se tem uma iniciativa de sustentabilidade em determinado território não é padrão para os demais povos indígenas que têm na Amazônia, dos 180 povos. A situação dos Povos Indígenas hoje, por conta da pandemia do coronavírus, é de saúde pública, não é uma situação de assistencialismo. Todos os povos indígenas têm seu modo de vida e precisa ser respeitado e fortalecido pela Funai e todos os outros órgãos do governo federal. Deixar bem claro, não é soja, não é arroz que vai sustentar os povos indígenas. Se deu certo em uma aldeia tem seus motivos, tem suas razões. Mas, para nós, povos indígenas, em sua maioria, temos especificidades que precisam ser fortalecidas. Não adianta falar em sustentabilidade se tem mais de 20 mil garimpeiros hoje, na terra indígena Yanomami, no Estado de Roraima. Inclusive já há um yanomami contaminado com coronavírus. Importante deixar claro que nós organizações indígenas, indigenistas, órgãos públicos, parlamentares temos que fazer uma força tarefa para não permitir que mais indígenas sejam mortos. Se é para fortalecer as coordenações regionais da Funai que seja feita. Na prática, pois tem muitas CRs que nem sede tem, nem computador ou impressora para produzir e imprimir documentos. Precisa ser levado a sério. Precisamos, de fato, unificar forças. Pelo tom do presidente fico muito preocupado que nós estamos nessa força tarefa para poder atuar em prol dos direitos dos povos indígenas. Apoiado nesse sentido, reforço novamente que é importante combater o coronavírus é preciso ter um comitê unificado para atuar junto aos territórios indígenas principalmente na Amazônia [...] nós estamos*



*juntos na luta. É preciso que as CRs dialoguem conosco e atuem de forma conjunta com os povos indígenas”.*

O presidente da Funai mencionou que, *atualmente, a Funai tem 1700 servidores e, por lei deveria ter, pelo menos 3.400 servidores. Nós estamos precisando de concurso público e aporte de recursos. Aproveita o ensejo para fazer um apelo para que a deputada Deputada Joenia Wapichana possa encampar apoio nesse sentido.*

Em resposta, a deputada Joenia Wapichana, disse: *“o meu gabinete, pelo meu mandato, no ano passado a gente brigou muito, tanto eu como outros parlamentares, brigamos para que a FUNAI tivesse um orçamento importante. A gente conseguiu emplacar dentro da Comissão de Cidadania e Justiça, Direitos Humanos e Meio ambiente proposições que foram aprovadas dentro do orçamento da União, envolvendo rubricas de promoção à cidadania, a demarcação de terras indígenas e de proteção aos territórios indígenas. Isso só foi possível graças a ação dos deputados que fazem parte da Frente (Deputada Joenia Wapichana, Airton Faleiros, Nilto Tatto, Túlio Gadelha, Aurea Carolina). Eu tenho visto poucos esforços por parte do governo federal no fortalecimento da Funai. Infelizmente a Funai sempre teve isso. Nunca foi priorizada e eu sempre tenho defendido a FUNAI, órgão responsável por 13% do território nacional, que deveria ser mais bem estruturado e mais valorizado, inclusive dentro do orçamento da União.*

Sônia Guajajara, da APIB, relata que é bastante oportuna a presença do presidente da Funai, haja vista o grande número de questionamentos. *Nós da APIB estamos buscando essa atualização de todas as regionais da Funai para saber como está sendo o atendimento e o apoio por parte dos órgãos do Estado brasileiro. Eu fico um pouco preocupada e um pouco de medo de falar. Suas falas (do presidente da Funai) foram tão ostensivas, acaba parecendo que está intimidando as pessoas de fazer críticas. A gente está muito aberto a construir junto. É um momento de a gente pensar essas estratégias conjuntas. Na reunião passada eu falei do aumento da violência no Maranhão. Dessa importância de se articular de forma intergovernamental e interinstitucional com apoio das organizações indígenas para dar um direcionamento aos povos indígenas, conter as invasões de terras indígenas. É importante que Funai apresente orientações formais para não entrada de não indígenas nas aldeias.*

Continuando, Sônia requer que o Estado, e nesse sentido a Funai, assuma, de modo imediato e acelerado, sua responsabilidade para com os povos indígenas. *Nós já estamos aí com uma realidade na porta dos indígenas necessitando de alimentação. Nesse período de Crise sanitária não precisamos de referências de produção que deram certo. A Funai não pode estimular um único modelo de produção como se fosse eficaz para todo mundo. É preciso continuar estimulando a produção sustentável de alimentos. A Funai, ao invés de distribuir somente as cestas de alimentos, mas também estimular a entrega de sementes pras pessoas puderem fazer os plantios de quintal e ter a produção de alimentos a médio e longo prazo. Para terminar eu pergunto: Quais os protocolos que estão sendo adotados para essas entregas? A Apib vai lançar hoje (09/04) um protocolo de orientação para a distribuição de alimentos em parceria com a Fiocruz, Unifesp, Abrasco. Sugiro que os órgãos oficiais possam também estar usando esses informativos que as organizações*



*indígenas estão fazendo para colocar também em seus sites, em seus meios de comunicação.*

Joenia questiona se existe um calendário de distribuição de alimentos pela Funai e o plano diferenciado de pagamento do benefício emergencial.

O presidente da Funai citou outros exemplos que estão dando certo com foco no artesanato, no turismo, na pesca de pirarucu. *Os Apurinã, por exemplo, têm experiência exitosa de 40 ton de pirarucu.* Há também a possibilidade de distribuição de sementes para serem distribuídas nas terras indígenas. Mencionou ainda que existe a Portaria (419, de 17/03/2020) que suspende a autorização de ingresso em terras indígenas, com exceção daquelas necessárias à continuidade de serviços essenciais às comunidades, como ações de segurança, atendimento à saúde, entrega de gêneros alimentícios, de medicamentos e combustível. Quaisquer doações que sejam feitas devem ser entregues às 39 CRs e/ou 240 CTL. Não recomenda a entrada nas terras indígenas para entrega de alimentos e/ou materiais de higiene, ferramentas, EPI. Com relação às cestas de alimentos, no Amazonas, por exemplo, serão atendidas 30.950 famílias indígenas com cerca de 60 mil cestas (serão entregues duas cestas por família)

O presidente da Funai reforçou que já existe um plano de contingenciamento de atuação conjunta com a SESAI, na hipótese de um surto de contaminação por coronavírus em alguma aldeia indígena.

Jozileia Kaingang /APIB chamou atenção ao protocolo da APIB e Fiocruz que será lançado no *site* da APIB e FIOCRUZ na semana que vem sobre ingresso de alimentos nas terras indígenas (doações). Sugere que a Funai leia o protocolo que escutou as comunidades indígenas e prestou atenção as diversas regiões do país. Pede ainda que sejam realizados atendimentos com alimentação o mais breve possível em áreas de retomada, de acampamentos. Sobre o pagamento do benefício emergencial Jozileia menciona que a plataforma de cadastramento solicita um número de telefone para recebimento de código durante a inscrição. Muitos indígenas não possuem telefonia móvel o que dificulta o cadastramento. Que outra estratégia pode ser utilizada?

Deputada Joenia questiona o presidente da Funai se nesse momento de isolamento social há alguma forma de formalizar o diálogo com a Funai.

Marcelo Xavier responde *que tudo que é possível agregar, é bom não há nenhum bloqueio nesse sentido. Pedirá a um servidor (Jairo) que faça o contato com Joziléia para conhecer o Protocolo da APIB/Fiocruz e o que puder ser agregado a gente agrega não há problema algum. Com relação à plataforma de cadastramento para recebimento do benefício emergencial cabe a CEF estabelecer uma nova modalidade*

*Nas Áreas de retomada a Funai vai fazer o atendimento. Nós estamos numa situação humanitária, que necessita de um atendimento uniforme. Em breve as cestas estarão chegando nas áreas. Não basta montar as cestas é preciso distribuir. Eu quero crer que no máximo em 10 dias estas cestas serão entregues de maneira uniforme em todo o país.*

A representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, em Brasília/DF, Ângela Pires relatou que a ONU tem acompanhado a emergência do coronavírus, que tem sido um desafio pra todos nós: sociedades, governos. *Recentemente*

*o secretário geral da ONU, Antonio Guterres, fez um apelo chamando atenção que o coronavírus é um inimigo comum, não se importa com nacionalidade, etnia, ele ataca a todas as pessoas, indistintamente. O discurso recente da Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, ressaltou que o impacto do coronavírus pode ser ainda maior em países em desenvolvimento onde as pessoas ainda dependem de uma renda diária para sobreviver. Milhões de pessoas tem baixo acesso à saúde, vivem em condições precárias de saneamento, de água potável. Essas pessoas estão mais vulneráveis ao vírus e aos impactos socioeconômicos decorrentes dessa emergência e que tende a agravar mais ainda as desigualdades que já existiam. Dentre os grupos vulneráveis, os povos indígenas estão incluídos. Essa semana o Fórum Permanente da ONU para questões indígenas publicou um comunicado sobre o tema, destacando o possível impacto nos mais de 476 milhões de indígenas distribuídos em mais de 90 países do mundo. Muitas dessas comunidades indígenas já sofrem de desnutrição e condições de imunodepressão, o que pode aumentar ainda mais a suscetibilidades infecciosas. O covid 19 tem um potencial realmente devastador em algumas comunidades e o Fórum fez um apelo para que os Estados Membros protejam as populações mais vulneráveis da sociedade, principalmente os povos indígenas, no sentido de que adotem medidas imediatas para assegurar que a informação chegue aos povos indígenas, principalmente nas línguas indígenas. Existem iniciativas de vários países traduzindo as informações para diferentes línguas indígenas. São de especial preocupação os indígenas idosos. A ONU faz um apelo a todos os Estados que garantam que os povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato exerçam seu direito à livre determinação, que respeitem sua decisão de continuarem isolados. Há, também, um forte apelo aos Estados para soluções que considerem as especificidades dos povos indígenas. Recentemente vários relatores da ONU se manifestaram com relação a importância de não deixar ninguém pra trás no âmbito das respostas da emergência do Covid 19. Os especialistas ressaltaram, todas as pessoas têm o direito de terem intervenções que salvem suas vidas, ressaltam que essa é uma crise global que não pode ser resolvida com medidas de saúde pública apenas, mas que todos os direitos humanos igualam atenção. Esses especialistas ressaltam que a escassez de recursos não pode ser justificativa para discriminar certos grupos. De forma que o respeito aos direitos humanos em todos os âmbitos, incluindo os direitos econômicos, sociais, culturais, assim como, os direitos civis e políticos são fundamentais para as respostas de saúde pública diante dessa epidemia. É importante dizer também que os compromissos assumidos pelos Estados quanto à garantia dos direitos humanos a partir dos tratados internacionais de direitos humanos seguem plenamente vigentes.*

*Ao final, Ângela Pires cumprimenta a iniciativa da Frente Parlamentar bem como todas as instituições presentes que têm atuado para garantir os direitos dos povos indígenas no contexto do novo corona vírus. Nós seguimos atentos, acompanhando a situação de direitos humanos com relação a emergência do novo corona vírus, seguimos também a disposição do Estado e da sociedade civil com seus diversos atores pra avançar na construção de respostas inclusivas que não deixem ninguém pra trás.*



Joenia informou que as 16h participará de uma reunião com outras parlamentares indígenas da América Latina. *A preocupação se estende pela fronteira toda com a situação dos povos indígenas. Foi super importante ouvir esses encaminhamentos do Alto Comissário da Onu para Direitos Humanos, inclusive das recomendações da CIDH/OEA e há países onde a situação é bastante grave, onde a população indígena é bem maior que a do Brasil. Hoje à tarde trocaremos ideias, nos informando como parlamentares indígenas. A gente também tem uma preocupação internacional. É mais uma articulação além do Brasil para que os indígenas não sejam excluídos das políticas, nem que haja uma discriminação relacionada aos indígenas em contexto urbano, pra que levem em consideração a Declaração da Onu para Povos Indígenas, como orientação de políticas públicas.*

Faltando uma hora e meia para findar a reunião, a deputada foi informada de que a reunião pelo zoom estava no limite de participantes. A “sala” comporta 100 participantes.

Na sequência, a **Diretora do Departamento de Benefícios, do Ministério da Cidadania**, Caroline Paranayba procurou fazer os esclarecimentos no sentido de esclarecer como serão os procedimentos para os beneficiários do Programa Bolsa Família que atenderem aos critérios do auxílio emergencial e, portanto, se houver vantagem financeira do recebimento do auxílio, deixam de receber o bolsa família temporariamente e passam a receber o auxílio emergencial de forma automática durante um período de três meses.

*As famílias beneficiárias do Bolsa Família foram analisadas segundo o critério que está na Lei e no decreto. Então, cada uma das pessoas da família está sendo analisado. Se algumas das pessoas atender aos critérios estabelecidos na Lei, o/a responsável familiar terá nos meses de abril, maio e junho o valor do auxílio emergencial disponibilizado para saque. Esse saque só será disponibilizado se for mais vantajoso. Existem famílias indígenas no PBF que não terão vantagem de receber o auxílio emergencial, pois o valor do auxílio emergencial é menor que o valor que a família recebe pelo PBF, então elas vão seguir no PBF. Neste mês de abril o Ministério está fazendo esta análise. No total são 14 milhões 280 mil famílias estão sendo analisadas; um público estimado em 17 milhões de pessoas deve ser contemplado, mas ainda não temos a informação de quantas pessoas serão beneficiadas, pois a geração da folha de pagamento emergencial ainda não foi concluída.*

Sobre quanto tempo o benefício permanecerá na conta, *segundo o regulamento, o período de validade do auxílio emergencial é idêntico ao período de validade do benefício do Programa Bolsa Família. Esse período é de 90 dias, ou seja, três meses. É possível acumular essas três parcelas, tanto quem recebe o auxílio emergencial, quanto quem recebe o benefício do bolsa família. O acúmulo de parcelas, no entanto, é considerado como um procedimento de risco porque para um saque único, pensando que esse benefício pode alcançar até 1.200,00/ 1800,00, somando esses valores de parcelas nós vamos alcançar aí 3.600,00 até mais de 4.000,00. Então, não é recomendável que seja feito esse acúmulo de parcelas pois pode levar a uma situação de perigo para quem for fazer o saque num valor tão alto. No caso do PBF existem modalidades de pagamento com crédito em*

conta bancária. As famílias que o desejarem podem receber o auxílio na conta corrente e não precisam fazer o saque (transferência entre contas, débito automático).

Para aqueles que não são beneficiários do PBF, existe duas formas para o recebimento do auxílio emergencial: As famílias que estão inscritas no Cadastro único e as famílias que estão se inscrevendo pelo aplicativo auxílio emergencial da CEF poderão ter um crédito feito nas suas contas bancárias de forma automática, caso elas atendam aos critérios de elegibilidade. Como será feito? A CEF está identificando, a partir do CPF das pessoas que se tornaram elegíveis para o recebimento do auxílio emergencial, está identificando na base da CEF se existem contas correntes ativas para que seja feito esse crédito. Também está sendo feita a mesma análise com as contas correntes do Banco do Brasil. Se for localizada uma conta corrente da CEF ou do Banco do Brasil esse crédito do auxílio emergencial será depositado nessa conta. É preciso que ela esteja ativa, tenha sido movimentada nos últimos 90 dias e seja de mesmo CPF.

Para as pessoas que não tenham conta bancária na CEF ou BB, a CEF abrirá de forma automática uma conta social digital, que permite que sejam feitas movimentações de transferência para uma conta da CEF, pagamentos de boletos, transferência eletrônica para uma outra conta em outro banco (garantida uma transferência mensal gratuita para outro banco). Essa conta digital não permite o saque em dinheiro. Esse é o desenho do pagamento que operador da CEF disponibilizou ao Ministério da Cidadania.

Em relação as famílias que vão receber o benefício do PBF pela primeira vez, há alguns procedimentos: i) quem vai receber o benefício pela primeira vez e ainda não recebeu o cartão, vai precisar ir até uma agência da CEF com um documento de identificação. Muitas pessoas em algum momento já fizeram parte do PBF e tem em casa um cartão antigo ou o Cartão Cidadão. As pessoas que tiverem a possibilidade de pegar esse cartão e lembrar-se da senha pode realizar o saque com esse cartão. Caso negativo, ligar numa Central do 0800 e ativar a senha do cartão. Os cartões já foram emitidos no mês passado (20/03/2020), quando foram feitos pedidos de concessão de benefícios. É possível que haja um prazo um pouco mais alongado para que o cartão chegue, em razão da situação vivenciada no momento. De qualquer forma a pessoas beneficiária conseguem fazer o saque numa agência bancária, tendo em mãos documento de identificação pessoal do responsável familiar.

Em regiões mais remotas do país, o pagamento do benefício do PBF é feito de modo habitual. Não iremos mudar o procedimento nem o calendário de pagamento do Programa, inclusive as famílias do Bolsa Família que forem receber o auxílio emergencial também vão sacar o benefício da mesma maneira que vem sacando ao longo do tempo. E as famílias que receberem o auxílio e não forem do PBF terão a facilidade do aplicativo e de conseguir fazer transações do recurso de forma digital. A CEF informou que foi feito um acordo com as operadoras para mesmo no caso de uma pessoa não ter plano de internet (pré ou pós pago) seja possível que ela faça o download/ baixe o aplicativo e faça as transações necessárias.

Deputada Joenia coloca que há considerações a serem feitas em relação aos esclarecimentos prestados, especialmente no que diz respeito às especificidades dos povos



indígenas. Há um receio muito grande com aglomeração nas cidades. Há muitas comunidades indígenas que têm bastante dificuldades para se deslocarem aos núcleos urbanos para receber o benefício e agora, mais ainda.

O procurador da república, Antônio Carlos Bigonha, pede licença para fazer suas últimas considerações. Bigonha parabeniza o presidente da Funai por ter comparecido à reunião. *É importantíssima a atuação da Funai neste momento da Covid 19. E reiterar a ele, já que houve essa manifestação tão positiva de atendimento a todo e qualquer indígena brasileiro, sem discriminação, nesse momento tão grave, que responda, por escrito, a indagação feita em ofício.* Joany mencionou que a resposta está sendo providenciada e que será enviada o quanto antes.

Bigonha reafirma que *o MPF e os órgãos de justiça como um todo atuamos na ideologia da Constituição da República. Não é um momento para falar de ideologia. Estou fazendo essa ressalva, pois esta palavra foi trazida na reunião (pelo presidente da Funai). Existe uma ideologia do MPF e da justiça brasileira; ela é a ideologia da CF88, que vincula no estrito cumprimento do dever legal a ideologia que vincula todos os órgãos da administração pública. Em termos de uma pauta ideológica acho que não há nenhuma solução de descontinuidade, de embaraço porque pensamos da mesma forma. E, ainda mais, num contexto de pandemia, em que o único pressuposto ideológico admissível é a preservação da vida. E, nesse sentido, recebo com muita alegria e tranquilidade as ponderações do presidente da Funai que irá se empenhar para que o atendimento chegue a todo e qualquer indígena no território nacional. Outras questões candentes, que digam respeito ao integracionismo, ao neoliberalismo econômico, possamos deixar para momento posterior a crise do covid-19.*

Joenia reitera sua preocupação ao procurador Bigonha, com as especificidades dos povos indígenas no que diz respeito ao pagamento dos benefícios do PBF e/ou do Auxílio emergencial: dificuldades de fazer o CPF, as questões bancárias têm formalidades que impedem o acesso dos indígenas. A deputada ainda chama atenção para a necessidade de maior debate às alternativas de auto-sustentabilidade das comunidades indígenas, apontadas pelo deputado Nilto Tatto. *Nesse momento, o que a gente precisa pensar é evitar que as famílias se desloquem às cidades para receber o benefício do Auxílio emergencial. Pensar em outras metodologias para evitar esse deslocamento. Os custos de deslocamento das famílias para os núcleos urbanos geralmente são altos. É preciso pensar nas especificidades. De modo geral, as agências da CEF estão distantes das comunidades indígenas. Buscar estratégias mais flexíveis para atender as especificidades dos povos indígenas.*

Caroline Paranyba retoma a palavra. *A solução de levar numerário até a aldeia é uma solução considerada perigosa de contaminação da população, pois ela parte necessariamente dos grandes centros metropolitanos onde a contaminação já tem feito vítimas. Nosso esforço tem sido em acionar a CEF para que os locais de pagamento seja garantido o volume de numerário suficiente; que sejam observadas as recomendações do MS, no sentido de evitar aglomerações e, também, para a Funai e Secretaria Nacional de Assistência Social, no sentido de acionar as redes de assistência social locais para*

*conduzir os beneficiários indígenas que venham as sedes dos municípios para fazer o saque nas agências bancárias.*

*Destaca ainda que: as famílias que são bancarizadas, que já tenham conta bancária, elas não precisam fazer o saque (no PBF representam mais de 4,5 milhões de famílias). O crédito é feito na conta bancária dessa pessoa. Se no distrito mais próximo da comunidade indígena tem um comércio, o mesmo poderá ser feito mediante pagamento em débito. As famílias que receberam o benefício do auxílio emergencial também não receberão diretamente os recursos nas lotéricas. Elas receberão o recurso por uma plataforma digital e poderão fazer transferências para quaisquer contas bancárias, evitando, assim, a saída das aldeias para a sede do município. É possível, ainda, fazer transferências bancárias. Há recomendações que o numerário – o dinheiro em espécie – também possa colocar em risco as pessoas; pode ser um veículo de contaminação. As transações eletrônicas são mais recomendadas. Nós sabemos que há um desafio no atendimento às famílias indígenas. E, por isso contar com a parceria de atores sociais que atuam com povos indígenas, como a Funai, para unir esforços no atendimento as famílias indígenas.*

*Em 2018 houve um grande debate em parceria com MPF para tentar levar numerário a duas comunidades no município de São Gabriel da Cachoeira/AM. Existia um impeditivo intransponível: não existia forma do numerário chegar até os distritos, pois a pista de pouso que havia na região não era autorizada pela ANAC e nenhuma companhia se dispunha a levar o dinheiro até a localidade para fazer o pagamento e não era possível levar o volume de recurso que seria pago aos beneficiários, por via fluvial (de barco), por razões de segurança das pessoas e do recurso em si, por conta de piratas que pudessem atuar na região. Por isso não foi feito esse processo. Também tem sido feito um processo adaptado para auxiliar as famílias do PBF que não tem facilidade de comunicação na língua portuguesa. No setor responsável pelo PBF e pelo Cadúnico nos municípios nós já temos autorização para CEF atender um representante dessa família, desde que ele seja do governo local.*

*Em relação ao CPF há um esclarecimento que é importante destacar. Para as famílias que são beneficiárias do PBF não há exigência do CPF. O CPF está sendo exigido para outras pessoas que precisam ter uma conta bancária criadas. Por que nós não podemos relativizar a exigência desse CPF? Porque precisa ser feita uma abertura de conta corrente. E, não é possível pelo sistema financeiro nacional abrir uma conta bancária sem o CPF. Contudo, a maior parte das famílias indígenas que estão inseridas no Cadúnico elas já estão dentro do PBF, estão protegidas e garantidas de que terão acesso ao benefício. E aí fica o desafio para a atuação local, com o apoio da FUNAI, de emitir esse CPF para aqueles cidadãos que não possuem o CPF e que sejam indígenas. O acesso ao auxílio emergencial ainda não está fechado. Começou a partir de 08/04/2020.*

*Joenia abre inscrições para 5 perguntas aos demais participantes:*

*Fernando Merloto (MPF/AM) – não entendeu como ficaria a situação do pagamento do benefício aos Hupda, Yanomami seja para o auxílio emergencial ou PBF? (alto Rio*





Negro, Yanomami e Vale do Javari) No caso de quem não tem acesso à internet? Prazo de 3 meses é muito pouco, provavelmente será maior.

Rafa Barros – reforçar a questão do acesso a internet no acesso a renda básica e ampliando essa questão aos demais povos e comunidades tradicionais, já que tem surgido demandas por ajuda de comunidades quilombolas e povos ciganos que estão enfrentando esse mesmo problema e o fato de o CPF não estar regularizado, impedindo o acesso ao direito. Solicita a Frente uma carta ou uma recomendação para que a Funai não discrimine as comunidades que se encontrem em situação de conflito possessório, caso necessário pedindo o apoio da Força Nacional, para entrega das cestas básicas, pois a situação de maior vulnerabilidade desses povos não pode ser utilizada como critério de excluí-las do acesso a essa política.

Fábio Mura – existe um histórico de atuação da Funai no MS com apoio da PF, escolta e casos mais complexos não seria importante lançar mão desse procedimento para realizar as entregas de cestas de alimentos às famílias em acampamentos nas áreas de conflito?

Gabriela Pacheco – há possibilidade de articulação entre os ministérios para as forças armadas levar as cestas de alimentos às áreas indígenas?

Há previsão de gabinete de risco entre as CRs e os DSEIs?

Elaine Moreira: Foi pensado nos indígenas no fluxo migratório venezuelano, em sua maioria nos centros urbanos? É uma situação encontrada em diversos estados (RR, AM, PA). Pensar um sistema de comunicação com os povos indígenas. Envolver televisão, rádio.

Como fica a situação das famílias que tiveram seus Benefícios cancelados?

Ana Lu - Abrasco está finalizando uma Nota com a preocupação da sustentabilidade da produção alimentar das comunidades, assim com a qualidade e a priorização de produtos agroecológicos mais do que os ultraprocessados, além de amarrar a vigilância nutricional, porque esse cenário pode ter uma mudança no perfil. Hoje pela manhã a FIOCRUZ lançou uma chamada pública para apoio a ações emergenciais junto a populações vulneráveis. A ideia é apoio para entidades da sociedade civil. Quem pode participar são organizações privadas sem fins lucrativos ou grupos ou coletivos sem personalidade jurídica e o objetivo é um auxílio que tem valores entre 10.000,00 e 25.000,00 e 50.000,00 para auxiliar ações de SAN, comunicação, saúde mental, observações das medidas de proteção, higiene, de prevenção ao coronavírus e assistência específica (documentos compartilhados no chat para divulgação). Fiocruz está se articulando para realizar a distribuição de viseiras e máscaras caseiras. Isso é um tipo de solicitação que pode ser feita a FIOCRUZ para uma distribuição específica.

Na sequência Deputada Joenia passa a palavra para que o Ministério da Cidadania e Funai façam suas considerações finais.

**Caroline esclareceu que *os Cancelamentos, suspensões e bloqueios ao benefício do BF estão suspensos desde o último dia 20/03 pelo Ministério da Cidadania (Portaria 335, de 20/03/2020). Essa suspensão é por um período de 120 dias que poderá ser renovado se necessário. Foram também suspensos os processos de revisão e averiguação***

*cadastral no intuito de não mobilizar as famílias para que se desloquem aos centros de referência de assistência social ou até o setor responsável pelo PBF ou Cadúnico. Neste prazo não existe essa movimentação a não ser que as famílias tenham vantagem financeira de migrar do PBF para o auxílio emergencial provisoriamente.*

Em relação as validades das parcelas, **há um período de 90 dias a contar de cada parcela.** A parcela de abril pode ser sacada até o final de julho e assim sucessivamente. **A parcela perderia validade a contar 100 dias do recurso em conta.**

Em relação ao pagamento digital, *a flexibilidade que ele traz preciso detalhar um pouco mais. Para quem é beneficiário do BF não existe essa possibilidade porque ele recebe na modalidade do PBF. As famílias do PBF que já são bancarizadas podem usar o débito. Não precisa de numerário na mão. Nas localidades do alto rio Negro já foi verificado que os comércios têm a possibilidade de pagamento em débito. Incentivamos fortemente que essas famílias tenham conta bancária simplificada, onde não é paga tarifa para manutenção da conta. Para que as pessoas não tenham que se deslocar até a sede do município.*

Em relação às famílias que não são do PBF e que vão receber o auxílio emergencial, *todo o pagamento está sendo feito de duas formas alternativas:*

*1. a CEF está verificando do público inteiro do auxílio emergencial quer seja inscrito no cadúnico, quer seja do cadastro do aplicativo na base bancária da Caixa econômica e do Banco do Brasil. Se tiver contas nesses bancos, o crédito será feito nessas contas. Os correntistas poderão transacionar da maneira que preferirem, especialmente por via eletrônica, evitando que a pessoa deixe seu local de moradia.*

*2. Para as pessoas que não foram localizadas com contas ativas na CEF ou no BB, faz uma abertura automática da conta poupança social digital. Precisa de um documento de identificação pessoal e do CPF para abertura dessa conta. A partir disso pode fazer as transações por aplicativo bancário da CEF: caixa tem. Nesse aplicativo podem ser feitas duas coisas: transferências dos recursos para uma outra conta bancária de mesma titularidade ou de titularidade diferente e/ou pagamento de boletos bancários. Isso obviamente só acontecerá onde existir rede de internet. Não é necessário ter um pacote de dados de internet para fazer o cadastro para recebimento do auxílio emergencial.*

*O Ministério da Cidadania está promovendo um processo de comunicação articulado com a Funai. Há uma manifestação formal para a CEF, compartilhada com o MPF, para que seja desenhado um plano considerando as concentrações de saques de pagamento de benefício do BF em locais onde há maior presença de saque envolvendo famílias indígenas para que a gente pense em estratégias globais e específicas. Estamos no aguardo da Manifestação da CEF. Outras alternativas poderão ser construídas pelos governos estaduais e municipais para atender as demandas locais e atuarmos nelas.*

Nas considerações finais da Funai, o servidor Joany Arantes, relata que *o planejamento para a distribuição das cestas de alimentos já está pronto e será encaminhado à Frente Parlamentar que distribuirá aos demais presentes. Reitera que ações da Funai têm sido implementadas, inclusive a distribuição de cestas básicas com recursos próprio estão sendo entregues, independentemente se são áreas declaradas,*

*homologadas até que cheguem as cestas do TED firmado com a MMFDH. No que tange aos projetos de sustentabilidade, a Funai não está trabalhando levando projetos da sede às aldeias e sim recepcionando as demandas dos líderes indígenas de cada região. Enquanto Arantes falava a internet caiu, impossibilitando a continuidade da fala da Funai.*

Antes dos encaminhamentos finais, Joenia reafirmou que é grande a preocupação com relação aos procedimentos específicos para acesso aos auxílio emergencial e as medidas de prevenção para evitar contaminação.

Encaminhamentos:

1. Solicitação do compartilhamento do Protocolo para entrada em terra indígena e o monitoramento das ações aos povos indígenas envolvendo a FUNAI, o Ministério da Cidadania, a Conab, o MMFDH e outros.
2. Criar um comitê unificado para acompanhar a situação do coronavírus entre os povos indígenas de diversas regiões do Brasil.
3. Construir uma plataforma onde as informações dos órgãos públicos sejam colocadas e atualizadas diariamente.
4. Definição de estratégias para garantir a participação das organizações indígenas e da sociedade civil nas reuniões para contribuir nas soluções dos gargalos no atendimento aos povos indígenas nesse período de pandemia.
5. Frente pode articular um aporte de recursos para Funai e demais órgãos nesse período na aprovação de PL (isso precisa ser discutido. Nós já temos colaborado com as aprovações no auxílio emergencial, mas nós vamos poder estudar o que vai acontecer no pagamento ao auxílio emergencial. Nós temos que ver como será pra Funai. Nós já estamos com demandas de especificidade e saúde indígena).
6. Ministério Público Federal propõe estabelecimento de uma estratégia com a CEF, Cidadania e Funai para que os recursos cheguem às comunidades indígenas com segurança e eficácia, tendo em vista que muitas não têm agência ou acesso à internet.
7. A frente Parlamentar irá oficiar a CEF sobre os prazos de recebimento dos benefícios de auxílio emergencial, pagamento remoto, alteração do formato do cadastro, considerando que muitos indígenas não têm celular para receber o código de autorização para finalizar o cadastro .

Recomendações:

1. Reforçar o pedido à CEF, solicitando acesso específico aos povos indígenas e demais povos que não tem acesso à tecnologia.
2. Ação de emergência da Funai e demais órgãos para combater as invasões nas terras indígenas



3. Ação coordenada pela Funai para que o alimento chegue até as comunidades indígenas
4. Apoio da Funai às comunidades indígenas em projetos de sustentabilidade
5. Fazer articulação com INSS para verificar a situação dos benefícios dos indígenas (aposentadorias e outros benefícios).
6. Funai intensifique ações de proteção e fiscalização nas terras indígenas
7. Apoio as comunidades indígenas em ações de prevenção
8. Apoio da Funai nas alternativas de informação sobre prevenção contra o coronavírus
9. Apoio a CRs para atender melhor as comunidades indígenas
10. Funai fará chamada pública para empresas que forneçam ferramentas e materiais e uso doméstico
11. A frente parlamentar solicitar a Funai disponibilização do plano de distribuição de alimentos e os kit de higiene conforme anunciado
12. Funai viabilize aquisição de sementes criolas junto à Embrapa para distribuição nas aldeias

Próxima reunião no dia 14/04 a partir das 10hs.

#### **ANEXO I – PARTICIPANTES QUE SE IDENTIFICARAM NO CHAT:**

1. Adriana Ramos do Instituto Socioambiental
2. Alexandre de Mello, da Coasi da Funai,
3. Ana Paula Souza, do nosso escritório em Genebra
4. Ângela Pires, Alto Comissariado da ONU para os direitos humanos
5. Antenor Vaz.... Consultor Independente para PIIRC
6. Antonio Carlos Bigonha, Coordenador da 6a. CCR/PGR.
7. Antônio de Freitas Assessor da Funai
8. Bom dia! Mariana Taccolini, assessora da deputada Natália Bonavides (PT-RN)
9. Bruno, Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato - Opi
10. Carolina Carvalho, Indigenista Especializada, CR Cuiabá – FUNAI
11. Caroline Paranayba, Diretora de Benefícios do Programa Bolsa Família, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério da Cidadania
12. Caroline Paranayba, Diretora de Benefícios do Programa Bolsa Família, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério da Cidadania





13. Christiane Peres, liderança do PCdoB
14. Claide Moraes - Sociedade de Arqueologia Brasileira
15. Claide Moraes - Sociedade de Arqueologia Brasileira
16. Daniele Osório, Defensoria Pública da União
17. Davi Calazans assessor do MMFDH
18. Dep Airton Faleiro
19. Dep Nilto Tatto
20. Diego Rodrigues - NEPE (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Etnicidade)
21. Diretora Marcelle da Rede CAIXA
22. Douglas Rodrigues Projeto Xingu UNIFESP
23. Elaine Moreira CAI-ABA
24. Erika Yamada - Fundação Ford
25. Fabio Mura- Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA
26. Fernando Merloto Soave, MPF/Amazonas
27. Gabriela Nepomuceno Bom dia, assessora Dep. Túlio Gadêlha  
Solange, assessora da Dep. Perpétua Almeida
28. Gabriela Pacheco- Funai CR Nordeste I
29. Gabriela Pacheco- Funai CR Nordeste I
30. Glória Tega, representando a Sociedade de Arqueologia Brasileira, SAB
31. guta assirati CTI
32. Hugo Meireles, assessor dep Airton Faleiro PT PA
33. Isabela, da Área de Relações Governamentais da CAIXA. Estou no lugar da Julieta, por enquanto
34. jade Mohamad - Alternativa TerrAzul
35. Jader Guimaraes - Sec. Executiva Ministério da Cidadania
36. Jarbas Aragão, SNPIR - MMFDH
37. Joany de Freitas antropólogo da FUNAI e Coordenador Geral
38. Joziléia Kaingang, região Sul, APIB
39. Julia Bernstein, antropóloga visual que trabalha no Rio Negro - AM
40. juliana de Paula Batista - ISA
41. Julieta Assessoria Parlamentar CAIXA
42. Letícia liderança do PSOL
43. Leticia Sabatela
44. Luana Almeida - Indigenista Especializada, Funai
45. Manuela Carneiro da Cunha da Comissão Arns
46. Marcelino Soyinka - Funai (Segat/Coordenação Regional Nordeste I)
47. Marcelo Horta Messias Franco - IEB - Sul do Amazonas
48. Marcelo Xavier – Presidente da Funai
49. Márcio Santili do ISA
50. Marco Antonio Delfino de Almeida, MPF/Dourados
51. Mariana Castilho Obind/Unb
52. Marileia Taiua - CR Xingu



53. Pedro Ivo – REDE
54. Rafa Barros, mandato Deputada Áurea Carolina
55. Rafael Moreira, doutorando antropologia social Museu Nacional-UFRJ
56. Sérgio Brissac, Secretaria de Perícia/PGR/MPF (Antropologia)
57. Stephen Baines
58. Tarcísio Feitosa - [tarcisio.xingu@gmail.com](mailto:tarcisio.xingu@gmail.com) - 21 96511 2645 - Consultor da Clua
59. Túlio Binotti, indigenista especializado, CR Rio Negro, FUNAI
60. Vicente Rocha Furtado, médico indigenista, supervisor do Programa Mais Médicos no AM.
61. walisson, Assessoria Professora Rosa Neide  
Valéria Paye – Coiab
62. Wesley Diógenes - Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal